

Memória, esquecimento e patrimônio histórico: uma discussão por meio de narrativas dos benzedores e benzedoras de São Miguel das Missões/RS.

Memory, oblivion and historical heritage: a discussion through narratives of the healers of São Miguel das Missões/RS.

**Juliani Borchardt da Silva¹
Lucimary Leiria Fraga²
Noli Bernardo Hahn³**

Resumo: Como produto das relações humanas e dos grupos advindos das relações sociais, a memória se apresenta como elemento balizador das representações dos sujeitos em seus cotidianos no tempo presente e no espaço em que vivem. É campo de interesse de estudo de distintas áreas do conhecimento, momento em que se coloca como temática relevante ao entendimento das representações simbólicas, materiais e discursivas do homem na atualidade. O presente ensaio busca discorrer acerca da relação produzida memorialmente pelos benzedores e benzedoras atuantes na localidade de São Miguel das Missões/RS junto aos remanescentes arquitetônicos consagrados patrimonialmente na respectiva comunidade. Utilizou-se basicamente de referências bibliográficas da área e entrevistas realizadas junto a sujeitos que praticam o benzimento na cidade miguelina. Coloca-se em perspectiva as conexões e as produções de sentido que os elementos materiais patrimoniais efetivam, no tempo presente, no ofício de fé exercido por dezenas de pessoas que, paradoxalmente, servem à população bem como aos turistas que passam pela localidade. Verificou-se que se efetivam conexões e estratégias de criação, manutenção e de esquecimento de referências patrimoniais e narrativas que corroboram a constituição das identidades locais.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Patrimônio histórico cultural. São Miguel das Missões/RS.

¹ Pós-doutora em Direito pela URI Campus Santo Ângelo (2022). Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2021- UFPEL). Possui graduação em Administração- Projetos e Empreendimentos Turísticos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2009) onde também cursou especialização em História, Cultura, Memória e Patrimônio (2012). É Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014) e mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Graduada em História-Licenciatura pelo Centro Universitário Internacional (2018). Possui experiência em organizações civis e públicas que tratam da temática do Patrimônio Arqueológico, histórico, cultural e de memória. Atua como servidora técnico administrativo na Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo-RS. E-mail: julianiborchardt@gmail.com.

² Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Bolsista integral PROSUC/CAPES. Mestra em Direito (URI), *Campus* de Santo Ângelo. Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). Bacharela em Direito (URI) Membro do Grupo de Pesquisa Novos Direitos em Sociedades Complexas, vinculado ao Programa Stricto Sensu Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus de Santo Ângelo-RS (CNPQ). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentação crítica dos Direitos Humanos(UNIJUÍ). Pesquisa temas relacionados a mulheres Trans, identidades e direito à diferença. E-mail: lucimary23@hotmail.com

³ Noli Bernardo Hahn é PÓS-DOCTOR pela FACULDADES EST, São Leopoldo, RS. Possui graduação em FILOSOFIA pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa/RS (1984); é bacharel em TEOLOGIA pelo Instituto Missionário de Teologia (IMT), Santo Ângelo, RS, (1988), e revalidado pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo/SP (1990); mestrado em TEOLOGIA com concentração em ESTUDOS BÍBLICOS pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo/SP (1992); e doutorado em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, área de concentração CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP (2002). Possui formação em DIREITO. É professor tempo integral da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Integra o corpo docente como professor permanente do PPG ? Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus de Santo Ângelo. Lidera junto com o prof. Dr. Leonel Severo Rocha o Grupo de Pesquisa "Novos Direitos em Sociedades Complexas". Pesquisa temas inter-relacionando Direito, Cultura e Religião.

Benedores e benzedoras são sujeitos que se colocam à disposição de uma comunidade a fim de suprir demandas físicas e espirituais daqueles que neles acreditam. Como personagens referência em seu meio, são resultado de processos híbridos e de articulações culturais que, de maneira dinâmica e muitas vezes conflituosa, efetivam uma prática popular que até os dias atuais é significativamente praticada e requisitada nas mais diversas localidades, refletindo, assim, a própria diversidade da formação religiosa do Brasil.

O presente ensaio objetiva discorrer acerca das temáticas relativas à memória, esquecimento e patrimônio histórico-cultural por meio de narrativas dos benzedores e benzedoras atuantes na localidade de São Miguel das Missões/RS⁴. Isso porque, em se tratando de um campo simbólico, os benzimentos, como prática cultural, produz ações e discursos que reverberam diretamente na efetivação de espaços consagrados patrimonialmente (SILVA, 2021). Assim sendo, não se pode dissociar as referências materiais daquelas expressões e práticas referenciadas coletivamente entre os sujeitos como centrais na formação de suas identidades, sendo ambas indissociáveis e reflexo da trajetória histórica e cultural da comunidade. Desta maneira, o patrimônio histórico-cultural pode reverberar e estar aderente aos objetivos culturais e históricos dos indivíduos bem como ser também antagônico a sua existência.

Para a efetivação deste ensaio, utilizou-se basicamente de pesquisa bibliográfica sobre os temas já destacados anteriormente, bem como a análise de narrativas⁵ produzidas pelos próprios benzedores que atuam em São Miguel das Missões/RS, de modo a identificar nestas os elementos que permeiam as relações entre suas memórias, esquecimentos e o patrimônio cultural neste contexto existente e consagrado no decorrer do tempo⁶. Espera-se com isso que as práticas sociais populares ligadas ao ofício de benzer sejam vislumbradas como significativas na produção de sentidos e discursos acerca daquilo que socialmente é considerado como relevante ou não no campo patrimonial no contexto ora estudado.

A comunidade miguelina⁷ é, direta e indiretamente, herdeira de uma história que remete à ocupação espanhola⁸ no território sul-americano. Os nativos indígenas que já habitavam a região, em especial os da etnia guarani, foram personagens protagonistas de um

⁴ Município localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande Sul. Possui suas origens nos antigos povoados missionários jesuítico-guarani dos séculos XVII e XVIII. Atualmente possui em torno de 7.692 moradores conforme dados do IBGE.

⁵ Entrevistas coletadas entre os anos de 2013 a 2020 durante curso de mestrado e doutorado realizado pela autora deste artigo, Juliani Borchardt da Silva, junto a UFPEL.

⁶ Especialmente a partir dos anos 1920 e da constituição do Decreto Lei N° 25 de 1937, o qual efetivou, de maneira mais incisiva, as ações de patrimonialização e salvaguarda na localidade miguelina.

⁷ Miguelino: Como são chamados aqueles que nascem ou residem em São Miguel das Missões/RS.

⁸ Em decorrência do Tratado de Tordesilhas.

processo tanto de ocupação quanto de organização social de toda uma extensão territorial que abarcava o que na atualidade compreende territórios do Brasil, Argentina e Paraguai. As missões desenvolvidas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus no território sul-americano efetivaram a criação e desenvolvimento do que se chamou de reduções, ou seja, cidades fundadas e construídas estrategicamente e conjuntamente por padres e indígenas como meio de posse e organização do território para a coroa espanhola. Ao todo, registram-se mais de 30 reduções que, como centros econômicos, produtivos e culturais, demarcaram entre os séculos XVII e XVIII a paisagem e os rumos políticos de toda esta macrorregião.

As reduções proporcionaram um considerável processo de negociação nas mais diversas áreas, oportunidade em que as experiências e culturas europeias e indígenas são colocadas lado a lado num cenário em que a fé e a instituição da igreja católica se apresentavam como balizadoras da organização social e espiritual em boa parte do mundo. Adaptações, negociações e articulações foram necessárias para que as Missões se desenvolvessem econômica e socialmente enquanto cidades ricas e articuladas entre si. O reflexo da experiência missional pode ser identificada até os dias atuais, quando restam evidentes remanescentes arquitetônicos do período bem como expressões, hábitos e práticas culturais vivenciadas e reproduzidas por aqueles que vivem e constituem este território (SILVA, 2021).

Cita-se como exemplo da materialidade constituída neste período e hoje consagrada institucionalmente como patrimônio histórico arquitetônico os sítios arqueológicos das Reduções de São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir⁹. Estes três últimos como patrimônios nacionais brasileiros e o primeiro como patrimônio mundial pela UNESCO. No campo imaterial, pode-se citar vocabulário, gastronomia, chimarrão e práticas produtivas agrícolas como referências transmitidas culturalmente no processo de hibridismo e assentamentos culturais entre os indivíduos envolvidos. Ainda, pode-se indicar a religiosidade católica e suas ramificações como fios condutores de memórias e práticas trazidas ao longo do tempo e que continuam sendo manifestadas, apesar de todo o processo de sincretismo e negociação decorrentes do tempo transcorrido desde então.

Neste escopo, cabe às ideias de Camargo (2002, p. 31) ao defender que o valor simbólico que se atribui aos objetos e artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. Assim sendo, há elementos de análise pertinentes, tais como a referência

⁹ Reduções estas fundadas no chamado segundo ciclo missionário.

das conexões diretamente existentes entre o material e o imaterial, ao passo que a caracterização de sentidos e valores referenciados entre ambos não pode ser dissociada. Oportunamente, cabe destacar que a atribuição de valor diz mais respeito àquilo que se referênciava imageticamente no espaço e no material, do que na construção material em si. Isso porque as atribuições de valores são resultado daquilo que se consagra como referência no interior do grupo, podendo estes serem diversos e antagônicos ao longo do tempo para uma mesma construção, por exemplo. Deste modo, os elementos materiais e simbólicos estão presentes na realidade miguelina, sendo utilizados, a distintos modos, por diferentes sujeitos que os utilizam e consagram como suporte para suas culturas, práticas e discursos.

Assim sendo, cabe reflexão acerca de como a materialidade dos remanescentes dialoga e produz narrativas sobre as práticas e culturas manifestadas e reivindicadas no tempo presente, onde se concretizam e reproduzem aspectos que reverberam elementos e memórias na comunidade miguelina, podendo isto ser percebido empiricamente quando em contato com seus moradores, os quais se utilizam das referências existentes para alicerçar suas identidades. Obviamente que esta produção referencial não é padronizada entre todos, mas sim diversa conforme os interesses e o contexto vivido pelos indivíduos, os quais possuem reivindicações e percepções que podem mudar ou se acentuar conforme o grau de aderência e objetivos almejados. Aí que se estabelecem discursos e evocações acerca do patrimônio edificado.

Neste escopo a consagração patrimonial, no caso dos bens tangíveis, recai também sobre a materialidade do mesmo, devendo esta ser salvaguardada sob risco de perda, o que acarretaria um processo de esquecimento muitas vezes irreversível. Paradoxalmente a isso, o saber e o fazer são elementos intangíveis que compõem a materialidade de qualquer objeto, visto que, para se edificar, produzir e construir, são necessários saberes, técnicas e percepções de mundo que, direta e indiretamente, compõem aquilo produzido tangivelmente.

Observa-se, portanto, que o reconhecimento de bens patrimoniais edificados passa pela análise de diversos elementos, os quais vão além de sua materialidade em si, sendo, como argumenta Varine (2012), algo tão complexo como os próprios seres humanos. Para o autor, estas referências são o “DNA” da comunidade e devem servir aos processos de desenvolvimento da mesma. Este “DNA”, na concepção de Candau (2012), é o que podemos caracterizar como a identidade dos indivíduos e grupos que compõem determinado local. De certa maneira, cabe referenciar que cada contexto e grupo produz e se relaciona diversamente com as referências patrimoniais existentes e disponíveis em seu meio, visto estas serem fruto

de estratégias, políticas, negociações e conflitos que intencionalmente a colocam coletivamente como tais.

É considerando a diversidade das culturas que Varine (2012) destaca que o capital de saberes deve ser utilizado em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento da localidade. O patrimônio, material e imaterial, portanto, é fruto daquilo que os sujeitos consagram, afetivamente, como algo necessário à manutenção de sua própria identidade. Isso porque, para além de consumidores destes patrimônios, os sujeitos são, *a priori*, produtores destes mesmos, determinando assim a trajetória destes bens no espaço e no tempo, o que para Varine (2012, p. 19), o território é, em primeira instância, produto de toda uma história natural e humana, sendo todos os elementos que lhe compõem, relevantes à sua compreensão e aos sentidos que lhes atribui a memória coletiva, conforme defende também Maurice Halbwachs¹⁰ (2003).

Neste escopo, cabe à sociedade assumir o papel de construtor e agente detentor de seu patrimônio, de sua cultura, levando sempre em conta, obviamente, os ritmos e as diversidades existentes na constituição de suas identidades. Evidencia-se, portanto, as dimensões de afetividade e a aderência que estas efetivam no grupo, não esquecendo também, o viés econômico que pode decorrer de seus usos (e também abusos), os quais são, na maioria dos casos, inerentes à própria existência do patrimônio, seja ele material ou imaterial, de maneira que resulta em diferentes percepções e usos na atualidade. Deste modo, o processo de escolha das referências patrimoniais resulta também no esquecimento de tantos outros elementos e práticas que permanecem de lado e secundários no quesito reconhecimento e uso.

Ao se evidenciar os processos que integram e dinamizam a produção de locais, espaços, objetos e representações simbólicas como patrimônio, pode-se reforçar os sentidos que, direta ou indiretamente, compuseram em suas constituições enquanto bem, de modo que reafirmam, sob diferentes perspectivas, as identidades e as tessituras sociais que as envolvem no tempo presente. Isso porque, segundo Castells e Nardi (2012, p. 15), o uso que as populações dão ao seu local reforça a permanência de valores e a reprodução de marcas culturais no espaço ao longo do tempo. Nesta premissa que se pode vislumbrar e compreender as apropriações e usos da cidade pelos distintos sujeitos e grupos que a compõem, de modo que se articulam, negociam e conflituam aquelas experiências, produções e narrativas destacadas como relevantes ao coletivo.

Obviamente que os elementos patrimoniais não possuem a aderência de todos, visto a existência de uma gama de grupos bem como a complexidade cultural e de representações dos

¹⁰ Autor da obra “A Memória Coletiva”.

indivíduos que destes fazem parte no presente. Compreende-se assim que a criação, a detenção e o compartilhamento das referências culturais decorrem ainda de sua apropriação efetiva de certa parcela de sujeitos, de modo que em suas diferentes formas e significações, provocam efeitos na comunidade em que estão inseridos. Os processos de escolha e de conflito são, portanto, inerentes ao campo do patrimônio e estarão presentes sempre que o tema for pautar, principalmente na esfera pública governamental, a qual cria políticas de memória e de esquecimento, inserindo assim discursos na sociedade.

Para Varine (2012, p. 24), o patrimônio, “independente de sua antiguidade ou de seu valor histórico, só vale pelo uso que dele se pode fazer”, ou seja, seu uso como moradia ou por sua exploração econômica, por exemplo. Isso porque, na concepção do autor supracitado, além do uso em si, a geração de renda e de receita para a manutenção do local, a qual geralmente é onerosa, é elemento que deve ser considerado para a própria perpetuação e compartilhamento do patrimônio como algo relevante ao coletivo. Assim sendo, o uso e as estratégias de preservação vão além do campo cultural em si, estando o patrimônio e a cultura envoltos de elementos e interesses econômicos que devem também ser considerados na esfera da economia da cultura.

Salienta-se que, neste escopo, o campo turístico tem se colocado, mesmo que muitas vezes de maneira diversa e incoerente, como meio de subsistência do próprio bem ou prática como referência cultural aos sujeitos que o detém. Sem dúvida, desde que efetivado com responsabilidade e sustentabilidade, o segmento turístico pode ser grande aliado ao desenvolvimento e promoção dos bens culturais e patrimoniais, sejam eles materiais ou imateriais.

São as relações decorrentes do tempo presente que nas sociedades produzem o reconhecimento, as disputas e o compartilhamento de elementos e práticas representativas dos indivíduos que a compõem. Efetiva-se, neste escopo, de forma conjunta, o desenvolvimento de referências, usos, compartilhamentos e esforços em prol da manutenção dos bens materiais e práticas representativas da identidade do grupo. Neste ensejo a memória é elemento central na constituição das relações e da vida em sociedade no momento em que proporciona o desenvolvimento de locais, referências e práticas que fornecem certo grau de unidade aos sujeitos, pois através dela é que se identifica aquilo que é lembrado e esquecido socialmente.

Desta maneira, ainda como defende Varine (2012, p. 83), há diferentes usos para o patrimônio histórico e/ou ambiental, sendo um destes a de servir como elemento ensejador de desenvolvimento local, de forma ampla e coletiva, e não apenas a um restrito grupo. Isso quer

dizer que seu uso, apesar de diversos, deve ser direcionado e efetivado de modo a considerar, para além das vocações locais, os desejos e necessidades coletivas, efetivadas, por exemplo, em áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente, emprego, qualidade de vida, dentre outros, no tempo presente e para o futuro.

Alia-se, desta forma, o autoconhecimento da sociedade acerca de suas raízes históricas e culturais com a valorização, promoção e implantação de ações que desenvolvam a localidade em suas diversas áreas, dentre elas a econômica. Coloca-se em evidência no presente aquelas referências trazidas e significadas do passado que representam, a seu modo e sentido, as identidades, narrativas e vivências daqueles que compuseram e compõem a sociedade do qual fazem parte. De maneira dinâmica, aquelas representações colocadas no tempo presente como balizadoras das culturas vividas são, grosso modo, resultado de processos e relações que, no decorrer do tempo, demarcaram significativas práticas e percepções de mundo e que na atualidade se vislumbram necessárias para a manutenção do coletivo como tal.

Não obstante que conflitos e litígios permeiam a constituição material e simbólica de espaços e práticas culturais, efetivando assim o que se compreende enquanto paisagem cultural, a qual traduz as permanências, rupturas e articulações dos indivíduos ao longo do tempo em determinado espaço e sociedade. Decorre-se disso que as políticas e estratégias de conservação e proteção desta paisagem e de todo o arcabouço patrimonial que a envolve é, por assim dizer, instituída em um campo permeado por valores e conflitos decorrentes de todo um processo humano e cultural produzido por estes próprios sujeitos.

Compreende-se assim, portanto, que o espaço urbano, as sociedades e as movimentações e articulações destas decorrentes, no campo patrimonial, são resultado, também, da pluralidade de realidades e percepções evocadas e manifestadas pelos sujeitos, onde coexistem, como bem reforça Castells (2012, p. 19) sociabilidades que implicam na complexidade vislumbrada quando da análise e discussão acerca da temática.

As experiências e percepções que cada sujeito produz junto ao espaço e ao patrimônio nele existente atuam de modo a constituir as memórias e as conexões sociais dele decorrentes. Na localidade miguelina, como já citado, existem referências culturais e patrimoniais tangíveis acerca de um contexto histórico muito particular, qual seja, a constituição, desenvolvimento e declínio das Missões Jesuíticas Guarani dos séculos XVII e XVIII. Neste escopo, emergem no tempo presente narrativas que apontam as relações e as percepções daqueles que se colocam como benzedores e benzedeadas na comunidade, onde podemos

destacar, por exemplo, o que nos apresenta a fala de Laídes Dutra, benzedeira nesta localidade, sobre o Espetáculo de Som e Luz¹¹ inserido no espaço hoje em ruínas:

Juliani: E quantas vezes a senhora já assistiu ao som e luz?

Laídes: Fui só uma vez e não vou mais. Não gostei.

Juliani: Faz quanto tempo que a senhora foi?

Laídes: Faz uns cinco anos por aí. Daqui de casa se tu desligar tudo e a TV tiver desligada tu escuta tudo lá.

Juliani: E não gostou?

Laídes: Não gostei. Coisa daquele tipo pra mim não presta. Não gosto nem um pouco.

Juliani: Mas não gostou da história?

Laídes: Não gostei de tudo. A história é uma história bem, como é que vou dizer pra ti, eu sou muito nervosa e não posso ver coisa feia e matação de gente assim. Ao invés de fazerem uma estátua do Sepé Tiaraju, que foi um homem guerreiro que lutou por esse chão aqui. Ele podia ser canonizado porque era um santo. (LAÍDES DUTRA, 2017)

A entrevistada se refere ao espaço hoje denominado de Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo como um ambiente do qual não se sente bem em frequentar o espetáculo ali realizado, pelo fato de representar a morte e o sofrimento de muitas pessoas. Tal perspectiva se deve, provavelmente, pela narrativa constituída neste local através do referido espetáculo, o qual apresenta, de maneira parcial, o genocídio indígena ocorrido na região decorrente da assinatura do Tratado de Madrid em 1750 e a consequente Guerra Guaranítica. Observa-se, deste modo, que as representações ali colocadas em forma de espetáculo não são atraentes à Laídes, mesmo estas tendo sido aderidas à suas memórias sobre a história e ao local patrimonializado. O espetáculo em si introduz na entrevistada uma narrativa da qual compartilha através das memórias constituídas sobre sua temática.

Laídes destaca que tanto o sítio arqueológico quanto o espetáculo estão encravados no cotidiano dos miguelinos, os quais acabam aderindo, em menor ou maior grau, aos discursos e representações que deles se produziram ao longo das décadas. Isso faz com que se despertem diferentes sentimentos e interpretações acerca daquilo manifestado no local patrimonializado na comunidade miguelina, oportunidade em que, no caso da entrevistada em questão, são significados de maneira negativa, motivo este pelo qual não costuma frequentar o sítio arqueológico em questão e os demais locais a ele agregados.

¹¹ Espetáculo com som e luzes dentro do sítio arqueológico da redução de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões/RS. Criado no ano de 1978, narra a formação, desenvolvimento e declínio das Missões. É considerado um dos principais produtos culturais e turísticos da região.

Assim sendo, pode-se apontar o ofício de benzer exercido por Laídes como uma prática que paradoxalmente está ligada às memórias que possui sobre as antigas ruínas missionais bem como às representações que dela e do espetáculo ali existente foram produzidas nas últimas quarenta décadas. Há, portanto, um papel fundamental na presença do patrimônio na localidade miguelina, ao passo que este está diretamente relacionado às formas e meios pelos quais seus moradores concebem, histórica e imagetivamente, sua cultura e modo de ser no mundo, mesmo que suas narrativas no presente indiquem o contrário.

Emerge ainda nas narrativas dos benzedores e benzedeira locais aspectos que se direcionam ao relacionamento da própria comunidade junto ao espaço hoje consagrado patrimonialmente, como conta Rosa Maria Cortez dos Santos:

Rosa: Lá não é crime nem nada mas eu não gosto de falar e dizer porque as pessoas não entende, aquilo dali é importante sim pra comunidade daqui e pra muitos que vem de fora é bonito, mas ali tem uma coisa que tu faz e destrói, tem um desencontro dos antigos pés, dos antigos indígenas que morreram, que praticaram, e que enterraram ali e as pessoas nunca se importaram de procurar alguém que possa dar uma ajuda nesse sentido para os que já passaram. Eles são umas almas que sempre estão rodeando ali por isso muitas coisas vem, por isso o tornado veio de novo! Ali não é amaldiçoado, não é. Eles só estão precisando de ajuda, às vezes uma simples ajuda. (ROSA MARIA CORTEZ DOS SANTOS, 2017)

Para Maria, o local onde se encontram as “ruínas” possui “desencontro” pelo fato de que as pessoas no presente não deixam aqueles que ali morreram descansar. Se refere ao processo de patrimonialização e turistificação que fez do sítio arqueológico um espaço produzido e caracterizado com elementos que cristalizam e padronizam uma história, que ao ver dos sujeitos moradores no presente, pode ser consideravelmente diversa daquela apresentada.

Não à toa que as memórias apresentadas por Rosa estejam, assim como para Laídes, relacionadas ao sofrimento da guerra guaraníca e da morte. Isso porque, como já apontado, as referências ao local foram projetadas de modo a determinar o mesmo como fruto de uma guerra, mortes, injustiça e roubo, destruindo, como muitos afirmam, uma experiência de organização social única no mundo até então. Para tanto, verifica-se que se utilizam de uma narrativa pré-determinada que os auxilia na formatação desta imagem, oportunidade em que, apesar de não possuírem elementos e informações sólidas sobre os fatos ali ocorridos, reverberam e compartilham aquelas narrativas que ao longo dos anos foram sendo produzidas e que, de certa maneira, justificam suas próprias realidades no ambiente em que vivem.

Sobre as referências aos espaços locais, emerge nas memórias do benzedor Cipriano Dornelles aspectos ligados às mudanças e usos do lugar hoje consagrado mundialmente como patrimônio histórico-cultural:

Cipriano: Aqui mesmo. No cemitério do lado das ruínas, só que a muitos anos atrás. Ali era o cemitério maior que nós tinha. Era o cemitério dos antigos, de gente muito rica, de pobre, de tudo. Teve gente que foi enterrada com valores, ouro, fivela, dentadura, aqueles pertences que tu gostaria que não fizesse doação, coisa de gente que precisava ver as origens, um modo de viver. Eles não davam o ouro pra ninguém e ia no caixão. Aqueles porta jóia, aquelas coisinhas não existia, era ouro bruto mesmo, gargantilha, pulseira, aliança, fivela de cinta, relógio. (CIPRIANO DORNELLES, 2017)

Refere o uso do espaço, pelos antepassados, que enterravam seus familiares no mesmo local onde os índios guarani sepultavam seus mortos na antiga redução, comprovando a reutilização dos espaços ao longo do tempo, onde muitas vezes se contrapuseram interesses e políticas de salvaguarda que se opuseram às práticas então vividas localmente, como no caso da retirada do então cemitério transformando-o, assim como todo o sítio arqueológico, em local turistificado e limpo de elementos estranhos ao período missional.

Cipriano rememora ainda as características de como se utilizava o espaço no enterro dos indivíduos que ali habitavam, onde pertences de valores eram colocados junto aos mortos de maneira que em suas memórias compõem um padrão social e econômico de parte dos moradores miguelinos daquele contexto histórico. Tal referência corrobora a ideia de que o espaço então em ruínas sempre foi, de alguma maneira, ocupado e utilizado pela população local, sendo seus usos, na maioria das vezes, diverso daquele introjetado pelo turismo a partir dos anos 1970, seja pelo poder público ou por empreendedores do setor.

A transformação do espaço é apresentada, mesmo que indiretamente, nas narrativas dos benzedores, oportunidade em que se diagnostica que as transformações do mesmo decorrem de inúmeros fatores, sejam eles culturais, religiosos, patrimoniais e turísticos, de modo que, na atualidade, o mesmo seja utilizado da maneira como é. Este uso, no presente, afirma e equilibra, conforme preluza Choay (2001, p. 234), um instrumento de regulação e reprodução do imaginário social através do patrimônio arquitetônico edificado. Faz parte, portanto, das decisões e escolhas políticas sobre a narrativa e as referências que ali deveriam estar colocadas.

O incentivo ao uso do espaço é identificado também nas falas de alguns benzedores, como Joana Damião, que aponta:

Joana: Um dia uns me deram umas chamadas assim que era pra gente vir mais, mas sempre tem gente, um pouco é preguiça, daí já tu ta cansada, daí as vezes é quente, mas cada vez que eu vou caminha ali pra baixo eu sempre rezo pros que mais sofreram ali nesses tombamento naquelas coisa tudo que sofreram lá que dizem que até hoje ninguém vem dizer mesmo se existe o inferno, o céu. Mas eu acredito que existe o céu. Porque existe Deus porque tem gente que diz que não e fala essas bobageira e eu rezo pra eles e a única coisa que eu posso fazer é rezar por eles. (JOANA DAMIÃO, 2017)

A fala de Joana é interessante por vários motivos, principalmente pela busca de alguns agentes sociais e políticos, de que o espaço salvaguardado seja utilizado pelos benzedores locais, o que para alguns destes não é prática representativa do benzimento que realizam. A percepção que os benzedores possuem sobre o sítio arqueológica é diversa, havendo entre seus praticantes aqueles que o considerem fundamental ao exercício de fé realizado e aqueles que manifestam não precisar ou se importar com ele em suas práticas de benzimento. Cada sujeito, no entanto, possui seus interesses e conseqüentemente narrativas que buscam dar sentido a suas percepções do espaço e do ofício que exercem socialmente no campo de fé e cura. Um elemento é certo: no presente, há uma política pública intencional de uso do espaço que se utiliza das práticas e expressões religiosas para dinamizar e constituir discursos sobre o local histórico.

As colocações de Joana apontam para uma política intencional de utilização do espaço que busca ainda torná-lo referência de ambiente religioso e místico para a população e turistas que por ali circulam. A materialidade do espaço ganha sentido na constituição de narrativas e percepções direcionadas à religiosidade que outrora ali existiu. Busca-se restabelecer elementos do passado como referência às práticas e vivências do presente.

Tal perspectiva pode ser verificada quando também se estabelece nas narrativas destaque aos que morreram em decorrência da guerra Guaranítica, como se os mesmos ainda influenciassem de alguma maneira o que na atualidade ali se faz. Deste modo, coloca-se determinados aspectos do passado em perspectiva presente na atualidade, fazendo destes elementos que marcam e se compartilham entre os sujeitos que ali moram ou circulam pelos mais variados motivos. Para isso, as referências materiais e arquitetônicas ganham novos sentidos e passam a compor uma estrutura de códigos que definem as memórias e conseqüentemente as identidades, como o caso da cruz missioneira destacada pela benzedeira Marlene Machado Cassiano:

Marlene: A cruz missioneira dá mais energia positiva pra nós benzer.

Juliani: A senhora frequenta lá?

Marlene: Vou lá só quando tem benzimento. Eu não tirei um dia pra vir né. Só quando tem o encontro dos benzedores pra gente vir.

Juliani: Quais são os outros espaços da cidade que a senhora gosta?

Marlene: Olha, acho que mais as ruínas mesmo, o sítio. A fonte missioneira é muito bom também. (MARLENE MACHADO CASSIANO, 2017)

A interlocutora, apesar de não ser frequentadora assídua do sítio arqueológico, atribui ao mesmo, e em especial à cruz missioneira, uma “energia” da qual necessita para atuar enquanto benzedeira. Apesar de não o utilizar frequentemente, o espaço é relacionado diretamente a todas as manifestações religiosas e de fé exercidas tanto por Marlene, quanto por outros benzedores como Alzira de Oliveira Leite, Aureliano José Jardim e Valter Braga. Assim sendo, a preservação dos remanescentes arquitetônicos da antiga Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo é fundamental para a manutenção da cultura de muitos sujeitos que referem suas práticas e identidades naquilo que hoje resta em ruínas. Até mesmo aqueles que não suportam suas práticas diretamente no espaço hoje consagrado, de algum modo a diferenciam em seus discursos e memórias.

Diferentes vozes são compostas e compartilhadas mediante distintos usos do patrimônio miguelino, oportunidade em que reverberam marcadores sociais e identitários que são, a cada caso, aderidos pelos indivíduos e grupos que ali residem ou visitam. Como monumento histórico é acionado memorialmente em cada prática popular de cura e de fé que se alicerça em sua existência, gravando socialmente aquilo que de mais importante se deseja no tempo presente e para o futuro. O que resta da antiga missão de São Miguel Arcanjo carrega consigo a responsabilidade de ser instrumento de memória que faz evocar o sentido de pertença nos indivíduos que a circundam.

É notório nas narrativas os processos e transformações ocorridas no espaço, o que resulta, em grande monta, no esquecimento de muitos outros elementos e fatos em detrimento daquilo previsto e escolhido para ser comunicado e referenciado por meio dos remanescentes ali existentes. Isso se vislumbra, como já citado, por exemplo, na retirada do cemitério, na inserção de um espetáculo de som e luzes e na limpeza do local e seu entorno, retirando do mesmo tudo aquilo que não dialogasse diretamente com o período missional e a discursividade a ele atribuída por uma historiografia positivista que é baseada, quase que exclusivamente, pelo olhar europeu e jesuíta.

Conclui-se, portanto, que muito das memórias e dos esquecimentos advindos dos benzedores e benzedoiras atuantes em São Miguel das Missões/RS são decorrentes do

patrimônio cultural material ali preservado, de modo que o mesmo reverbera em discursos e práticas imateriais realizadas também na atualidade. Há uma relação paradoxal entre o ofício de benzer e o patrimônio cultural, pois ao mesmo tempo em que para alguns é lugar excludente e não representativo, para outros é suporte de fé. Entretanto, mesmo aqueles que discursam de forma divergente, denota-se que o espaço patrimonializado está presente em sua prática e cotidiano, sendo, portanto, influente e representativo. Em suma, indubitavelmente os processos constitutivos memoriais e de esquecimento efetivados pelos benzedores e benzedoras miguelinos está intrinsecamente relacionado aos bens materiais e patrimoniais consagrados e salvaguardados na localidade, de modo que constituem as lembranças, os silenciamentos e as práticas culturais populares vivenciadas por significativa parte desta população, devendo portanto, serem gestadas e vislumbradas de modo a comporem as ações e políticas públicas nas áreas culturais e turísticas da localidade.

Referências Bibliográficas:

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Editora Aleph, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CASTELLS, Alicia Norma González de; NARDI, Leticia (Organizadoras). **Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2022.

SILVA, Juliani Borchardt da. **A construção das identidades dos benzedores de São Miguel das Missões a partir de suas memórias e tradições**. (tese de doutorado) UFPEL – Pelotas, 2021.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

Fontes orais- entrevistas:

Cipriano Dornelles

Joana Damião

Laídes Dutra

Marlene Machado Cassiano

Rosa Maria Cortez dos Santos